

Prefeitura Municipal de Santo Amaro

Pregão Eletrônico

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTO AMARO**
CNPJ.: 14.222.566/0001-72
PRAÇA DA PURIFICAÇÃO, S/N
SANTO AMARO - BAHIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023**

Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada, para fornecimento de PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR, PROTETOR DE CÂMARA E PITO para as máquinas pesadas, veículos leves, caminhões, ônibus e motocicletas pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Santo Amaro – Bahia.

Impugnante: CURITIBA COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA EPP. - CNPJ/MF nº 47.270.248/0001-36

ANÁLISE E JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Trata o presente expediente de análise e julgamento de IMPUGNAÇÃO, apresentada pela empresa acima identificada, aqui denominada impugnante, a qual contesta, a exigência de prazo de entrega do objeto licitado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da emissão da ordem de fornecimento pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro, consoante estabelecido no instrumento convocatório.

É o breve relatório.

I - DA ADMISSIBILIDADE.

Nos termos do disposto no Edital a impugnação, é cabível, por qualquer pessoa, a impugnação do ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

“Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacaomaracas@gmail.com, até as 16 horas, no horário oficial de Brasília-DF.”

Prefeitura Municipal de Santo Amaro

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTO AMARO**
CNPJ.: 14.222.566/0001-72
PRAÇA DA PURIFICAÇÃO, S/N
SANTO AMARO - BAHIA



Desse modo, observa-se que o Impugnante encaminhou sua petição atendendo aos prazos supracitados, assim a presente impugnação apresenta-se tempestiva devendo ser conhecida.

II - DO JULGAMENTO

É cediço que a licitação é o procedimento administrativo formal que se destina garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme previsão legal, expressa no artigo 3º da lei Federal 8.666/93 que assim disciplina:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos." (grifo nosso).

Nesses termos, tem-se que o prazo de entrega em 05 (cinco) dias se faz necessário, pois a Prefeitura Municipal dispõe sempre de agilidade na entrega do produto, uma vez que, por experiências anteriores em processos licitatórios, nos quais foram fixados prazos maiores, o fornecimento restava muitas vezes prejudicado com a extensão de prazo e necessidade de reposição rápida de pneus nos veículos, ficando muitas vezes o equipamento parado e sem utilização devido a demora na entrega do bem.

Assim, se mostra razoável o prazo de entrega exigido no certame, uma vez que o mesmo atende as necessidades de logística, prazo de troca e correta manutenção dos veículos, em condições, prazos e lapsos temporais

Prefeitura Municipal de Santo Amaro

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTO AMARO**

CNPJ.: 14.222.566/0001-72
PRAÇA DA PURIFICAÇÃO, S/N
SANTO AMARO - BAHIA



adequados a manutenção da frota municipal, razão pela qual entendemos por fixar o referido prazo de entrega, no correto exercício do poder discricionário e interesse público desta Administração Municipal.

Outrossim, não cabe a Administração fixar exigências e condições de fornecimento de acordo com as pretensões comerciais de cada licitante.

III - DA DECISÃO

Ante ao exposto DECIDO, à luz do objeto licitado, e em conformidade com as condições editalícias e ordenamento jurídico vigente, conhecer da presente impugnação e, no mérito, julgá-la **IMPROCEDENTE**, mantendo-se inalteradas as questões impugnadas, bem como a sessão de abertura do certame.

Intime-se a Impugnante da presente decisão, mediante publicação do teor da mesma no Diário Oficial do Município. Publique-se.

Santo Amaro (BA), 26 de março de 2022.

Leonardo de Oliveira Silva
Pregoeiro